

ESPAÇO SOCIALISTA

ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

CRISE ECONÔMICA, AVANÇO DA DIREITA E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA MUNDIAL



TEXTO APROVADO NA CONFERÊNCIA DE 2017

**PRESSUPOSTO: CARÁTER
DEPENDENTE DA ECONOMIA
BRASILEIRA E PARTE DA CRISE
ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Ao longo desses anos, vimos afirmando que esse modo de produção sobrevive em meio à crise estrutural do capital em plena abundância, o que faz a burguesia buscar incessantemente minimizar a tendência de queda da taxa lucro e buscar retomar seu crescimento. Isso tem aproximado, cada vez mais, a humanidade da barbárie com a intensificação da exploração do trabalho, com o rebaixamento de salários, com o desemprego, com a busca pela expansão sem fim do mercado e até com as guerras.

E, as consequências disso levam a classe trabalhadora a se deparar, a cada crise cíclica, com uma maior intensificação da exploração, que vem colocando para os movimentos a necessidade de intensificar também as lutas imediatas e por manutenção de direitos com novas e velhas formas de resistência, mas que indicam ainda mais a necessidade de avançarmos no sentido da retomada, pela classe trabalhadora, da consciência de classe, da alternativa e consciência socialista, capazes de indicar caminhos e possibilidades de transformação real da sociedade.

Dessa forma, no documento **Resolução Sobre Situação Política Nacional**, Conferência 2015, procuramos demonstrar algumas características da economia brasileira – para compreendermos como, juntamente com nossas análises de conjuntura internacional, as burguesias dos países centrais têm conseguido impor à classe trabalhadora no mundo, inclusive em economias desenvolvidas, taxas ainda mais altas de exploração a fim de reverter as tendências

de aprofundamento da recessão e levar a um “ciclo de crescimento” capaz de fazer frente à atual crise mundial em detrimento de economias periféricas, como a do Brasil – são estas:

“1) Um grande fluxo de transferência de valor para as nações centrais (remessa de lucros, juros das dívidas, etc.); 2) A produção de riqueza é baseada na superexploração da força de trabalho, inclusive como forma de a burguesia brasileira compensar parte dessa transferência de valor; 3) A preponderância da produção voltada para a exportação, hoje baseada sobretudo nas commodities; 4) Complementaridade: não há possibilidade de o Brasil passar à condição de um país desenvolvido; 5) A sua condição de subdesenvolvimento não pode ser alterada com todas as contradições decorrentes desta relação de antagonismo e complementaridade; 6) Relação associada e subordinada: aqui o mais importante é a constatação de que a burguesia brasileira não levará qualquer enfrentamento com o imperialismo. Trata-se de uma relação associada e subordinada. Mesmo diante de conflitos, a burguesia brasileira, por sua dependência, não romperá com o imperialismo; 7) A economia brasileira é cada vez mais dependente de capital externo para financiar a balança comercial e para o pagamento da dívida pública e suas altas taxas de juros; 8) Também demonstramos que somos um país com muitas desigualdades e

Crise estrutural expõe à superfície a eficiência decrescente da administração atenuadora das contradições imanentes ao sistema que ameaçam a acumulação do capital global, o que provocou o estreitamento do espaço de negociação de classe e a perda de ganhos materiais dos trabalhadores, benefícios imediatos que até então alimentavam as lutas sociais sob a influência reformista (MÉSZÁROS, 2002).

Diante da crise estrutural do capital e do enorme desafio para se reverter o perverso quadro social resultante de cinco séculos de capitalismo, não serve às forças anticapitalistas, portanto, o mero denunciamento ou o apego crítico à ilusão democrática. Estes princípios têm nos levado a repetidos fracassos e recuos desalentadores. Como também não basta o “principismo” na defesa de projetos revolucionários datados, em circunstâncias históricas diversas, como se nada houvesse mudado. (PANIAGO, 2014)

com alta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas e grupos; 9) E, por fim, que um dos motores da atual crise é a fragilidade nas economias de países que absorvem os produtos produzidos aqui, ou seja, a vulnerabilidade às oscilações da economia mundial.”

Sendo assim, diante do atual cenário da crise no Brasil e da intensa ofensiva da burguesia e de seus governos sobre a classe trabalhadora, entendemos ser importante verificarmos alguns dados do ponto de vista da produção de riqueza.

UMA ATUALIZAÇÃO NECESSÁRIA DE DADOS, CONSIDERANDO ESSE PERÍODO ENTRE CONFERÊNCIAS (2015-2017), PARA NOSSA ANÁLISE:

Sobre o grande fluxo de transferência de valor para as nações centrais (remessa de lucros, juros das dívidas, etc.) é importante observarmos o quanto a classe trabalhadora no Brasil, como de toda a América Latina, é sangrada para que a riqueza produzida sustente as economias e as burguesias dos países centrais e para que estas

mantenham maior ou menor ofensiva sobre os direitos da classe trabalhadora nesses países.

1.1) **A remessa de lucros e de dividendos** (parcelas do lucro como remuneração dos acionistas) das empresas transnacionais para seus países de origem: em 2014 foram de US\$ 31 bilhões, em 2015 de US\$ 20 bilhões e em 2016 teve de US\$ 19 bilhões.

Especialmente das montadoras: em 2014 foram de US\$ 884 milhões, 2015 de US\$ 271 milhões e 2016 foram US\$ 86 milhões.

São valores altíssimos, mas estão em queda. Isso pode indicar o quanto a burguesia tem cobrado resultados “positivos” para seus bolsos e busca avançar sobre os níveis de exploração da classe trabalhadora.

1.2) **Os investimentos produtivos do capital estrangeiro no Brasil** (ou aplicação de capital em meios de produção), em 2014 ficaram em US\$ 97 bilhões. Em 2015 ficaram em US\$ 75 bilhões. Em 2016 projetados em US\$ 78 bilhões. **Projeção 2017 para US\$ 75 bilhões.**

Embora os investimentos representem à primeira vista uma entrada e não saída de capital, é importante considerar que quando esse capital se instala (empresas multinacionais) seus altos lucros são transferidos para as matrizes, ou seja, para o capital estrangeiro, os ganhos e lucros a curto, médio e longo prazos são certos sendo que, em pouco tempo, a remessa de lucro ultrapassa os valores de investimento.

Setores em ordem de preferência para os investidores: Serviços (as empresas de telecomunicações, eletricidade e gás, atividades imobiliárias,

instituições financeiras, empresas de saúde e de serviços de tecnologia); Industrial (indústria de produtos químicos, indústria alimentícia, fábricas de equipamentos de informática e materiais elétricos, indústria de máquinas e de equipamentos e no setor automotivo); agrícola, de extração de petróleo e extração mineral.

Os investimentos, que também estão em queda, indicam as fontes de extração de riqueza e, ao mesmo tempo, a necessidade de desenvolver forças produtivas com aumento dos níveis de produtividade.

1.3) **O crescente Valor Total da Dívida pública**, nesses anos, pode expressar também o aumento da pressão para seu pagamento: R\$ 2,29 trilhões em 2014. Em 2015 de R\$ 2,79 trilhões. E em 2016 de R\$ 3,1 trilhões. **Projeção para 2017 é de 3,6 trilhões.**

- O pagamento dos juros da Dívida pública (transferências e privatizações) assume também a forma de compensar, com juros de bancos, a queda dos lucros na produção. Embora os dados necessitem ser precisados devido a participação de investidores externos na Dívida interna, apresentamos os valores pagos divulgados pela Auditoria Cidadã da Dívida e Banco Central: Em 2014 foram pagos US\$ 554 bilhões, em 2015 US\$ 545 bilhões e em 2016 US\$ 323 bilhões (valor estimado no final do ano).

- A Dívida pública bruta atingiu 70,5% do PIB e a Dívida líquida (do governo) é de 45,2%, segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) divulgados em março de 2017.

A cada ano os valores da dívida aumentam e o pagamento dos juros seguem na

mesma proporção. São bilhões somente de juros para uma Dívida de trilhões, em que a classe trabalhadora sequer tem conhecimento sobre de onde vêm (que é da riqueza produzida) e para onde vão esses valores.

A produção de riqueza baseada na superexploração da força de trabalho significa que o capital, para desenvolver as forças produtivas, necessita até destruir fábricas, mercadorias, força de trabalho, etc. além de intensificar medidas como rebaixamento de salários, aumento de desemprego e de jornada, etc. E, como afirmamos, estamos diante de uma crise estrutural que está passando por um prolongamento da crise cíclica iniciada em 2008 (ver Documento Internacional 2017). Portanto, interessa-nos verificar esses números no Brasil:

2.1) **O número de empresas fechadas no país** é alto e isso contribui, conseqüentemente, para uma diminuição na circulação de mercadoria, diminuição na arrecadação de impostos e também sobrecarrega os serviços públicos. Em 2014 foram fechadas 944 mil empresas (IBGE). Em 2015 foram fechadas 1,8 milhão (Estadão). Até esse momento, os números de 2016 são imprecisos, mas não retomaram a marca de abrir mais empresas que fechar.

2.2) **Número de postos de trabalho eliminados**, ou seja, vagas que não serão mais abertas (mais pessoas demitidas do que contratadas com carteira assinada), mas, com parcelas, podendo encontrar recolocação em vagas precarizadas: 938,04 mil em 2014. Em 2015 foram 1,52 milhão. E em 2016 foram 1,32 milhão.

A diminuição de postos de trabalho com carteira assinada

e demais direitos remete imediatamente ao aumento do número de empregos temporários, contratos precarizados, bicos, etc. (o que a burguesia já vislumbrava e não é à toa que buscava insistentemente aprovar as Reformas).

2.3) A taxa desemprego foi de 6,8% em 2014. Em 2015 foi de 9%. E em 2016 de 12%. **Projeção de 13% (IBGE) para 2017.** É algo que o capital necessita, inclusive, para rebaixamento do nível salarial. Mas, vivemos um momento em que a reserva de força de trabalho está combinada com o desemprego estrutural (postos de trabalho fechados e/ou substituídos por máquinas), o que também favorece um desenvolvimento maior de “bicos” e da aceitação de empregos sem registro e sem direitos.

2.4) **Valor do salário mínimo em 2014 foi de R\$ 724** (necessário DIEESE R\$ 2.975,55). Em 2015 foi de R\$ 788 (necessário DIEESE R\$ 3.518,51). Em 2016 foi de 880 (necessário DIEESE R\$ 3.940,41). Numa rápida observação podemos afirmar que o salário mínimo aumentou. Mas, quando a comparação é feita com o salário mínimo ideal para sustentar uma família de 4 pessoas, segundo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, verificamos que a diferença aumentou a cada ano. Assim, em 2014 o trabalhador recebeu 4,10 vezes menos do que precisaria. Em 2015 recebeu 4,46 vezes menos. Em 2016 recebeu 4,47 vezes menos.

2.5) **A massa salarial real (soma de todos os salários pagos aos trabalhadores durante um ano, potencial de**

consumo das famílias) entra em queda quando cai conjuntamente a ocupação, o rendimento e aumenta a inflação: Em 2014 subiu 2,9%. Em 2015 caiu 2%. Em 2016 projeção de queda de 3,5%.

2.6) **A massa salarial (como salário recebido pelos trabalhadores e seu peso sobre a produção de riqueza do país) deve ser acompanhada também pelo movimento do PIB, ou seja:**

PIB 2014: 0,5%

PIB 2015: - 3,80% (retração)

PIB 2016: - 3,89% (retração)

Crescimento PIB projeção 2017: 0,5% (BC)

É possível afirmar que um número menor de trabalhadores na ativa permitiu reduzir a produção de riqueza do país? Ou ainda assim houve aumento da produtividade? Segundo a UOL, no acumulado entre 1981 e 2016, ou seja, em 35 anos, a produtividade nas empresas brasileiras ficou estagnada: O pior período foi entre 1981 e 1990 quando a taxa de produtividade no país caiu 2% ao ano. Nas duas décadas seguintes (de 1991 a 2010) houve crescimento acumulado de 2,8%. Entre 2011 e 2016 houve uma nova queda de 1,1%. Entre os motivos apresentados estão o baixo uso de tecnologias nas empresas e o peso dos impostos.

No entanto, se observarmos os altos índices de desemprego podemos dizer que se tem produzido mais com menor número de trabalhadores. Um exemplo pode ser dado com a indústria automotiva (de passageiros) que teve intensa redução do número de funcionários e em 2016 contou com o aumento no volume exportado de 44,3%.

2.7) **A inflação (aumento**

de preço que corrói salários) foi de 6,41% em 2014. Em 2015 foi de 10,67%. E em 2016 de 6,94%. Projeção em 2017 é de 5,72%.

2.8) **O número de famílias endividadas** foi de 59,3% em 2014. Em 2015 foi de 61,1%. E em 2016 foi de 56,6%.

O estoque de crédito às famílias (valores reservados para “incentivo” ao consumo e que consideram a “confiança no retorno certo” e o crescimento do mercado) também expressa o cenário atual: Em 2014 teve elevação de 13%. Em 2015 elevação de 0,6%. Em 2016 de 3,2%.

2.9) **A taxa de investimento no país** (representa recuo ou desenvolvimento em setores da economia e é pautado a partir do PIB): Segundo dados IBGE/IPEA (também através do Indicador Formação Bruta de Capital Fixo, que mede a capacidade de produção e os investimentos no PIB) os investimentos no país entraram em queda nesse período. Em 2014 foi de 20,2%. Em 2015 foi de 18,2%. Em 2016 ficou em 16,4% (pior taxa de investimento dos últimos 20 anos).

2.10) **A produção industrial (metalurgia, máquinas e equipamentos, químicos, etc.)** encerrou 2014 com queda de 3,2%. Em 2015 teve queda de 8,3%. Em 2016 teve queda de 6,6%. Em 2015 a queda registrada foi a maior desde 2003. Segundo esses dados, apresentados por analistas e mídia burguesa, algumas informações são relevantes para verificarmos o possível prolongamento da crise de 2008 até o momento:

- A queda do PIB é a maior registrada desde a década de

1990, o que representa retração em quase todos os setores da economia (indústria, serviços, agropecuária). Além disso, tem consequência direta no consumo das famílias e do governo (IBGE): Em 2014 representaram 0,9% (o menor desde 2003) e 1,3% respectivamente em relação ao PIB. Em 2015 foram de -4% e -1% respectivamente. Em 2016 foram -4,2 e -0,6 respectivamente.

- A taxa de investimento (FBCF) iniciou 2017 com queda de 3%, o que a aproxima do patamar de início de 2009. O recuo de 2015 representa o maior desde 1996. Esse índice possibilita pensarmos sobre a extração de mais-valia na indústria (chamada também de produção doméstica).

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) as empresas privadas responderam, em 2014, por 54% dos investimentos de infraestrutura no país (transporte, energia elétrica, saneamento e telecomunicações) geralmente com empréstimos de entidades públicas (BNDES, Caixa e Tesouro Nacional), exatamente em ano da Copa do Mundo no Brasil.

- Segundo o IPEA, a indústria de transformação brasileira trabalha com 74,3% de sua capacidade, bem abaixo da média histórica de 80,9% e três pontos percentuais abaixo do nível da crise de 2008, que teve repercussão negativa no Brasil já em 2009.

A preponderância da produção está voltada para a exportação (expansão do mercado com escoamento da produção), hoje baseada sobretudo nas commodities (produto em estado bruto agrícola e mineral com baixo valor agregado, representam 65% das exportações do país):

3.1) **Exportação** em 2014 foi de 225,1 bilhões (representou

déficit na Balança Comercial), em 2015 U\$ 191,13 bilhões (superávit na Balança Comercial), em 2016 U\$ 184,24 bilhões (superávit na Balança Comercial). **Projeção para 2017 de U\$ 200 bilhões (superávit).**

3.2) **O agronegócio (agricultura e pecuária)** foi responsável por 20,56% do total do PIB em 2014. Em 2015 por 21,46. Em 2016 por 25,86%. **E para 2017 a projeção é de crescimento de 2 a 3% em relação ao ano anterior.**

- Alguns produtos registram aumento na produção com destaque para as lavouras de soja, (11,9%), milho (7,3%) e cana-de-açúcar (2,4%). **De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor agropecuário representa 48% das exportações totais do país.**

3.3) A produção de Petróleo e líquido de gás natural em 2014 foi 2,4 milhões de barris diários. Em 2015 foi de 2,6 milhões. Em 2016 foi de 2,6 milhões.

- A queda no preço do barril de petróleo é muito significativa. No início de 2014 o barril de petróleo era negociado a U\$ 115. No início de 2015 foi a U\$ 46. E em 2016 foi a U\$ 44. **Com projeção para 2017 de U\$ 60 (projeção otimista para ajudar na promoção dos leilões a serem realizados no 2º semestre no Brasil).**

Segundo os comentaristas da mídia burguesa:

- Essa queda no preço do petróleo é tão ruim quanto a de 2008;

- Um dos motivos para a queda é o aumento da demanda (Rússia, Arábia Saudita, EUA) com maior produção nas áreas de xisto nos EUA.

3.4) **Produção mineral** em 2014 foi de U\$ 40 bilhões. Em 2015 foi de U\$ 38 bilhões. Em 2016 foi de 30 bilhões (estimativa).

- O preço da tonelada de minério de ferro (principal mercadoria de exportação) passou de U\$ 191 para U\$ 40 em 2016;

- O principal país importador de minério de ferro é a China.

- Mas, podemos observar também a queda no preço do dólar (comercial oficial BC/Bacen): Em 2014 foi encerrado em R\$ 2,67. Em 2015 foi R\$ 3,87. Em 2016 foi R\$ 3,38. Em junho 2017 é de R\$ 3,1.

Com esses resultados podemos afirmar que nesses últimos anos o Brasil mais tem exportado do que importado. No entanto, tem amargado também constantes quedas no preço das commodities. Não é à toa as exigências e ações da burguesia para transferir a crise para a classe trabalhadora.

Os principais compradores são: China, Estados Unidos e Argentina. Com as mercadorias: Soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, frango congelado, automóvel, celulose, café em grão, carne bovina congelada.

Principais vendedores: China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina. Principais mercadorias: óleo diesel e outros, gás natural, naftas para petroquímica, partes para aparelhos de telefonia, trigos e misturas com centeio, computadores, carros.

A afirmação que fizemos no item 7 de que a “economia brasileira é cada vez mais dependente de capital externo para financiar a balança comercial e o pagamento da Dívida pública e suas altas taxas de juros” juntamente com a relação de dependência de exportação de

matérias primas para economias como EUA e China permanecem, isso continua impondo limites para a economia brasileira e para ações políticas da burguesia:

- Cada vez mais os governos endurecem no discurso de “honrar compromissos” como o do pagamento da Dívida pública;

- Além disso, com a busca incessante do aumento da produção para minimizar os efeitos da queda ou manter as taxas de lucro segue-se na adoção de medidas de cortes de custos sociais/gastos públicos, na intensificação da exploração (desemprego, aumento horas de trabalho, etc.) e nos cortes de direitos da classe trabalhadora;

- As altas taxas de juros (Em 2014 encerraram em 11,65% aa. Em 2015 foram de 14,15% aa. Em 2016 foram de 13,90% aa), que favorecem parte importante da burguesia e do capital externo, são definidoras dos altos lucros obtidos por banqueiros nos últimos anos juntamente com a Dívida pública, que tem parte do aumento de seu valor relacionado a essas taxas. Em 2014, com o país em processo recessivo os bancos apresentaram lucro médio de 18,23%. Em 2015, reduziram agências, cortaram mais de 10 mil postos de trabalho e lucraram em média 16,2%. Em 2016, o lucro médio foi de 4,1%.

Os níveis de desigualdade e a alta concentração de renda (proveniente de lucros obtidos) nas mãos de poucas pessoas e grupos nesses anos demonstram que o período que chegamos a denominar de “exceção” (governo petista) foi, de fato, curto:

- Em 2014, segundo a Receita Federal, o número de pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos subiu de 71.440 para 74.611. Nesse ano o **salário mínimo era de R\$ 724. A renda**

mensal dessas pessoas, então, equivalia a R\$ 140 mil, além desses, tinha o grupo do “topo do topo” dos que chegam a renda mensal equivalente a R\$ 281 mil.

- De 2016 para cá, segundo o Banco Mundial a partir de dados do Pnad, a estimativa é de que há um aumento da miséria no país de 9,8% (nesse caso, considera-se pobre quem sobrevive com valores R\$ 85 a R\$ 170 mensais). Esses “novos pobres” são jovens, urbanos e escolarizados.

- No campo, a concentração de terras tem aumentado significativamente.

Nos últimos dados divulgados pelo INCRA, em 2014 a concentração subiu 2,5%. São 130 mil grandes imóveis rurais que concentram mais de 47% de terras. Enquanto que 3,75 milhões de minifúndios concentram pouco mais de 10%. No entanto, são os pequenos proprietários com menos de 10 hectares, menos de 2,3% da área rural total, que produzem mais de 70% do alimento para a população brasileira.

Compreendermos todos esses dados é importante para observarmos como a crise estrutural repercute no Brasil (redução da remessa de lucro para países centrais; queda de investimento na produção; Dívidas pública consumindo maior parte da produção de riqueza; desemprego estrutural, etc.) e quais os percursos que a burguesia tem utilizado para tentar reverter o processo de queda de suas taxas de lucro, entendido como fruto da exploração de quem produz.

PRECISAMOS ENTENDER QUAL MOMENTO DA CRISE ESTAMOS

Entendemos que a crise estrutural, com suas crises cíclicas e/ou longas, possibilita que problemas próprios do momento

sejam postergados, isso não significa que sejam resolvidos e não ocorre sem que deixem suas marcas. É o que podemos compreender nesses últimos anos no Brasil. Mesmo em pleno período com Copa do Mundo e Olimpíada, já vínhamos afirmando que o ciclo econômico anterior (consumo de massas, incentivo ao crédito, etc.) teria se esgotado.

E para não nos restringirmos ao campo dos comentaristas burgueses, podemos observar diretamente análises de órgãos como o IBGE: Segundo o Instituto, a recessão atual é a pior desde 1948. E mesmo com alguma reação positiva do PIB no início de 2017 não se pode dizer algo contrário. E ainda, o atual ciclo recessivo iniciado em 2008 teve, no Brasil, seu aprofundamento no segundo trimestre de 2014, ainda com Dilma.

Os dados indicados acima, de fato, mostram uma intensa desindustrialização do país e uma forte queda na atual produção industrial, que levam inevitavelmente à queda da remessa de lucros para países centrais, mas, no entanto, promovem outra necessidade do capital para o momento que é a de voltar a manter o país como fornecedor de matéria-prima.

Isso também interfere na concorrência e lucratividade da “burguesia nacional”, como podemos ver com o lucro de algumas empresas nacionais. Um caso é a JBS (exporta para mais de 150 países as marcas FriBoi, Seara, Vigor, Havaianas, etc.) que teve alta de 81% nos lucros (antes de juros, impostos, etc.) em 2014. Em 2015 teve alta de 19,9%. Em 2016 teve alta de 7,5%. Nesse caso, é importante buscarmos compreender se há relação da Lava-Jato com essa necessidade do capital estrangeiro.

No entanto, isso não se deu apenas nesses últimos três últimos anos. O que tem pesado é que a contrapartida das commodities (papel do Brasil na divisão internacional do trabalho) tem amargado a queda de preços e a queda no valor do dólar. Algo inevitável diante da crise de abundância em que o capital estrangeiro, no caso o americano, busca recuperar seu mercado interno sem encontrar saídas globais.

Também a redução de “incentivo” ao crédito e a queda na inadimplência combinado com os altos níveis de desemprego não possibilitaram o “aquecimento” da economia nem com a saída de Dilma. E, nesse sentido, mesmo a política de “incentivo” ao consumo do governo Temer, com a liberação do FGTS, não demonstrou a reação esperada.

Retomar taxas de lucros, como a eterna necessidade do capital de se expandir, demonstra-se inviável nesse momento, inclusive no Brasil, mesmo com “Projeções otimistas”, expressando a atual crise mundial que já afeta ou abala o deslumbramento do crédito.

A política de altas taxas de juros, que contribuem para compensar os altos lucros dos bancos (com empréstimos e tomadas de empréstimos), torna-se uma dificuldade maior para a expansão do consumo em tempos de desemprego. Segundo o IBGE em 2017, o consumo das famílias cai há 9 trimestres consecutivos.

E mesmo minimizar a tendência de queda das taxas atuais de lucro tem se demonstrado difícil para a burguesia sem a intervenção direta do Estado, considerando a crise estrutural. Não é à toa que a burguesia e o governo se unificam para a aprovação da Terceirização, da Reforma Trabalhista e da

Reforma da Previdência, além de buscar abrir espaços públicos para avançar na privatização da Educação e buscar preparar a juventude para esse tipo de mercado com a Reforma do Ensino Médio, além do pacote de privatizações que engloba aeroportos, portos, rodovias e reservas naturais.

Também não há, no Brasil, como retomar patamares de “crescimento” no atual período sem que se avance nas contradições de uma economia dependente e periférica, que necessita ter parte de suas empresas nacionais superadas ou reagrupadas nas disputas pelo mercado interno, ter liberado o avanço sobre as riquezas naturais, condições de trabalho análogas à escravidão, etc.

No atual momento da crise no Brasil é possível compreender uma frase sobre sua intensidade dita durante o governo Lula – “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar” – e reafirmar o fim de um ciclo sustentado em medidas superficiais que não atacaram, de fato, as desigualdades sociais apenas empurraram os problemas.

Já havíamos dito que com ou sem Dilma, dependeria de sua capacidade de impor aos trabalhadores um maior aumento da exploração e com maior rapidez para atender as necessidades do capital, teríamos um aprofundamento da crise e da brutal exploração.

E ao buscar atender as necessidades para reprodução do capital, ao mesmo tempo em que não conseguia manter medidas, mesmo que superficiais, a favor da classe trabalhadora, o governo Dilma amargou a dupla rejeição. Avançou no corte de verbas dos orçamentos públicos (para

economizar receita e realizar o pagamento de juros da dívida) e nos processos estruturais de cortes de direitos. Mas, não avançou na velocidade exigida pela burguesia, o que Temer tem conseguido fazer com a aprovação da Lei da Terceirização, da Reforma do Ensino Médio e da Reforma Trabalhista, isto é, diminuiu ainda mais com gastos e investimentos sociais, congelou despesas, promoveu condição para expansão do capital e do corte de direitos.

Portanto, podemos afirmar que temos passado por um momento que não indica possibilidades de retomada do “crescimento econômico” para a burguesia sem que medidas sejam adotadas no sentido aumentar a produção (obviamente, a extração de mais-valia), incentivar o consumo, cortar gastos públicos, ter maior liberação para exploração das riquezas naturais e menor custo com a folha de pagamento e com os direitos trabalhistas.

A INTERVENÇÃO DO GOVERNO PARA SOCORRER A BURGUESIA DIANTE DOS IMPACTOS DA CRISE

Além da classe trabalhadora sentir diretamente no bolso e no cotidiano os impactos da crise no processo recessivo, os cortes de verbas (intervenção do Estado para socorrer a burguesia, pagar a dívida pública e manter suas taxas de lucros) foram intensos para os serviços sociais:

O Bolsa Família em 2014 beneficiava 14,1 milhões de famílias. Em 2015 foram 13,7 milhões. Em 2016 foram 13,5 milhões.

O Minha Casa Minha Vida sofreu corte de R\$ 7 bilhões em 2014. Em 2015 o corte foi de R\$ 5,6 bilhões. Em 2016 foi previsto corte de R\$ 6,9 bilhões.

Na Educação e na Saúde os

cortes seguiram: Entre 2014 e 2015 foram de R\$ 1,1 bilhão e 1,7 bilhão. Em 2016 foram de R\$ 4,2 bilhões e R\$ 2,3 bilhões.

Entre 2014 e 2015 o governo Dilma cortou 43% de verba para Secretaria de Política para Mulheres; Cortou 55,5% da Secretaria de Direitos Humanos/LGBT; Cortou 55,9% da Secretaria de Igualdade Racial. Em 2016, já com Temer, os cortes atingiram 35%.

Segundo a ONU, referente a dados de 2015, as desigualdades sociais e de gênero avançaram e o Brasil está com o pior IDH desde 1990.

Ainda assim, mesmo com todos os cortes diretos no Orçamento Público, durante esse período o governo e o Congresso Nacional aprovaram em dez/2016 a PEC (241 e 55) que congela por 20 anos os gastos. Com a aprovação, e aplicação efetiva a partir de 2019, as consequências serão ainda piores já que afetará diretamente o salário mínimo e os serviços sociais utilizados majoritariamente pela população mais pobre.

Além disso, entre Copa do Mundo e Olimpíada, foi aprovada a Lei Antiterrorismo (13.260/2016) – em meio à necessidade de a burguesia avançar para conter possíveis movimentos de luta e contestação – que passou rapidamente a ser aplicada já nas manifestações contra a Copa Mundo (para que dinheiro público fosse aplicado em serviço público), durante a Olimpíada (contra o governo e por direitos democráticos chegando a contar com muitas prisões) e segue ameaçando as lutas.

Portanto, é necessário reafirmar o papel do Estado de gestor dos negócios da burguesia que assume, de imediato e de

diversas formas, intervenções precisas para socorrer a burguesia nos momentos de crise tirando da classe trabalhadora parte da riqueza que produziu e transformada em serviços sociais e direitos.

A OFENSIVA DA BURGUESIA E DO ESTADO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E COM REPERCUSSÃO A LONGO PRAZO

Com o avanço da crise e de suas consequências no Brasil, com a impossibilidade de a burguesia continuar mantendo seus padrões de enriquecimento, com o capital enfrentando as dificuldades para sua expansão no país, o governo e todas as instituições do regime são imediatamente chamadas a intervir e direcionar as “perdas” para quem produz a riqueza, vende sua força de trabalho (suas energias e capacidade de sobrevivência) e tem suportado a intensificação da exploração.

Nesse momento, os retrocessos para a classe trabalhadora são intensos, além da PEC do Corte de Gastos que interfere diretamente nos setores públicos, já foram aprovadas também a Reforma do Ensino Médio, a Lei da Terceirização (4302, que estava engavetada desde 1998) e a Reforma Trabalhista.

Com a terceirização da atividade-fim e a possibilidade de quarterizar a mão de obra e os serviços, vários direitos estão sendo atacados ao mesmo tempo. Assim, aumenta o emprego temporário e sem vínculo com a CLT (sem férias, sem 13º, sem benefícios, etc.), a contratação sem concurso público para a administração pública (empresas, universidades, escolas, repartições, etc.), estabelece a perda da estabilidade e dos direitos garantidos nos regimes estatutários, etc.

Também representa um grande avanço para a privatização dos serviços públicos, a precarização das condições de trabalho (e dos serviços públicos) e, conseqüentemente, a redução dos gastos e do valor da folha de pagamento (para empresas e governos).

Na Educação pública essas leis representam, de imediato, a abertura das escolas para as Organizações Sociais, que contratarão os “profissionais de notório saber” e poderão exercer a atividade-fim de ensino e gestão. E cumprem também a tripla função: corta gastos com Educação e reduz folha de pagamento; privatiza parte importante desse serviço público (transferido dinheiro público para ajudar as empresas) e atinge a qualidade da aprendizagem (ideologicamente dizendo: retira disciplinas como Filosofia e Sociologia, avança na escola de tempo integral que mantém/controla a juventude no espaço escolar, etc. e certamente buscará contar com o apoio de projetos como o da “Escola sem Partido” e com a obrigatoriedade do Ensino Religioso). Assim, a escola de ensino fundamental e médio estará apta para apostar no empreendedorismo, contribuindo para a “menina dos olhos” do ensino técnico, e preparando o jovem para o mercado de trabalho que manterá uma parcela no desemprego estrutural e outra no trabalho precário.

A Reforma Trabalhista, aprovada/2017, é outra forma de legalizar o rebaixamento das condições de trabalho e aumentar a precarização com o formato de “negociado”, como se ambas as partes (empresa/governo e trabalhador/a) tivessem no mesmo “pé de igualdade”, e leva para condições parecidas com a escravidão.

Essa Reforma vai transformar o direito de férias em parcelamento de dias e de pagamento, de horas-extras em Banco de Horas, legalizar o Trabalho em Casa (sem adicionais de custos, com aumento de jornada, etc.), prorrogar a jornada em locais insalubres (inclusive para mulheres gestantes), dificultar a organização nos locais de trabalho, dificultar a possibilidade de entrar com ações trabalhistas, etc.

A burguesia tem traçado os caminhos para o próximo período, além disso insiste em só manter no governo, mesmo com impopularidade, até as próximas eleições em 2018, alguém que consiga a aprovação de todas as reformas (necessitam retirar da classe operária e trabalhadora de conjunto os direitos trabalhistas básicos, que os “onera” e que para nós representam conquistas históricas de lutas e grandes mobilizações). Enquanto isso, poderá também construir o nome de quem irá disputar a próxima eleição e que poderá encontrar até lá um cenário mais favorável, caso a classe trabalhadora não se levante.

Assim, com a ofensiva do governo e do Congresso Nacional, tivemos em um curto espaço de tempo a retirada de direitos importantes para a intensificação da exploração do capital sobre a classe trabalhadora de conjunto (com a aprovação das reformas) sem que esbarre em leis e nem no aguardo de medidas a curto prazo, podendo apenas enfrentar a resistência da classe que está sendo duramente reprimida e contida.

A OFENSIVA DA BURGUESIA E DO GOVERNO MIGRANDO PARA AS RIQUEZAS NATURAIS

Para a burguesia não há possibilidade de arcar com a

crise sem que busque formas de expansão de seu capital. Os caminhos são os mais diversos e quando as saídas na produção industrial estão comprometidas busca-se continuar enriquecendo através do capital fictício com altos juros, quanto este se apresenta afetado busca-se a expansão do consumo, quando este que está afetado busca-se corte de direitos e, assim, não diretamente nessa ordem e não sem contradições, o capitalismo vai seguindo. E, quando tudo isso indica seus limites nos períodos de crise busca-se intensificar, migrando diretamente ou não, a exploração das riquezas naturais, mesmo quando vidas humanas estão em risco e a alta destruição está em jogo. O importante para a burguesia é minimizar a queda das taxas de lucro e isso não considera as contradições desse modo de produção.

Nesse momento, seguimos nos deparando com o aumento da migração do capital para a mineração, o pré-sal, as privatizações, a especulação imobiliária, as reservas indígenas e o aumento da produção para exportação no campo, etc. enquanto o governo “flexibiliza” as regras de licitação.

De Norte à Sul do país podemos encontrar medidas que avançam no sentido da exploração de riquezas minerais envolvendo o capital nacional e estrangeiro. Abaixo, seguem alguns poucos exemplos de tantos outros:

No Pará, já com a aprovação pelo Congresso Nacional em junho (MP 758), a reserva de Jamanxim será desmembrada e passará para área de preservação ambiental para construção de ferrovia, que abrirá caminho para o garimpo de extração da cassiterita.

A Usina de Belo Monte,

além de aumentar a área alagada, também possibilitou aumentar, nesses últimos anos, em 44 vezes a área de pastagens. Ainda assim, uma mineradora canadense, que pretende ser o maior garimpo a céu aberto do país, aguarda aprovação do Congresso para extração de ouro e rocha.

No Ceará, o Projeto de Santa Quitéria pretende explorar a Jazida de Itatiaia para produzir concentrado de urânio e de derivados fosfatados para beneficiar energia nuclear e para o agronegócio. Além dos resíduos radioativos e da contaminação, o Projeto atingirá 156 comunidades camponesas.

Em Minas Gerais, a Samarco, umas das maiores exportadoras do país com capital nacional e estrangeiro (australiano), destruiu uma cidade inteira e arrastou destruição por longa extensão no maior acidente ambiental do país. Ainda hoje, quase dois anos depois, a empresa não pagou sequer as multas.

Em São Paulo, no litoral, a especulação imobiliária busca avançar sobre a reserva de Mata Atlântica da Juréia.

A região Sul, possui 80% das reservas de carvão mineral do país, cotado como possível matriz energética, além da extração do ferro, cobre, mármore e petróleo.

Nesse universo de destruição ambiental, conta-se também com a entrega de boa parte dessas riquezas para o capital estrangeiro, sem sequer investimentos mínimos nas regiões locais.

Mas, esses exemplos não são para simples constatações ou para reafirmar a história de exploração de riquezas do país. São necessários para reafirmarmos a relação de dependência das exportações e do capital estrangeiro e sua implicação na intensificação desse

tipo de exploração: matéria-prima bruta para exportação, e provável retorno para o mercado interno com valor agregado de produto industrializado e maquinário.

Conforme publicado no site do Senado: “O Brasil e a Austrália, os dois maiores produtores mundiais de minério de ferro, vão aumentar ainda mais a oferta da commodity, independentemente da queda nos preços. Na semana passada, a cotação ficou abaixo de US\$ 70 à vista a tonelada no mercado da China, um dos menores patamares dos últimos anos. Vale, Rio Tinto e BHP Billiton, as três maiores mineradoras mundiais, continuarão ampliando a oferta sem piedade. Com esse movimento, as grandes devem “empurrar” para fora do mercado empresas pequenas e médias de maior custo de produção. A lista de fechamentos inclui mineradoras chinesas, mas também australianas e brasileiras de menor porte. Outras candidatas a fechar as portas são empresas de países sem tradição na exportação (como México, Rússia, Malásia, Indonésia e Irã) que entraram no mercado em momento de alta dos preços”.

Com o petróleo não é diferente. Talvez seja formal dizer que enquanto o Rio de Janeiro figure como o maior estado brasileiro produtor de petróleo, também é considerado um estado falido economicamente. A queda de preço do barril e a diminuição na arrecadação dos royalties podem explicar parte do problema, mas não só. Com a “flexibilização” das regras de licitação, dentre outras coisas, o governo acabou com a exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal e diminuiu a obrigação dessas empresas de adquirir bens e serviços no Brasil,

ou seja, pode entrar, explorar, não precisa investir e nem consumir aqui, fique à vontade. E não é à toa que as empresas estrangeiras (China, Estados Unidos, Austrália, França, Alemanha, Reino Unido, Malásia, Índia, Portugal, Espanha, etc.) ficaram e estão de olho e aguardando os novos leilões e as privatizações dos 287 blocos para exploração de petróleo e gás natural e, posteriormente, de pré-sal (estados RN, AL, SE, BA, ES, PI, SP, RJ).

No entanto, o governo afirma que com essa entrega haverá a “ampliação das reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, aumentar o conhecimento das bacias sedimentares, descentralizar o investimento exploratório no país, desenvolver a pequena indústria petrolífera e fixar empresas nacionais e estrangeiras, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.” Enquanto as projeções são de aumento da produção:

Conforme a Agência Estado, para 2017, a OPEP “prevê que a oferta do produto entre os países em desenvolvimento cresça 160 mil bpd, para uma média de 12,29 milhões de barris por dia, um aumento ante a projeção anterior de 12 milhões de bpd. A região chave para o crescimento deverá ser a América Latina, com incremento 170 mil bpd, principalmente do Brasil, para uma média de 5,29 milhões de barris por dia. Em menor grau, conforme o documento, o resultado será influenciado pela África, que deve ampliar em 70 mil barris por dia sua produção (2,18 milhões de bpd). Já a Ásia deve registrar queda na oferta de 40 mil bpd, para uma média de 3,58 milhões de barris por dia.”

Dessa forma, o Estado

brasileiro tem intervindo para que esses setores, envolvendo o capital nacional e estrangeiro, explorem ainda mais as riquezas minerais com o avanço das privatizações. Isso caminha junto no sentido do avanço sobre as áreas de preservação e sobre as reservas indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas com as mineradoras, o aumento do agronegócio e do “turismo”. Portanto, é o aumento da produção da matéria-prima bruta citada anteriormente e sem as dificuldades, para o capital, de enfrentar a legislação ambiental e trabalhista.

OS GOVERNOS DO PT DURANTE ESSE PERÍODO

Como já havíamos dito em documentos anteriores, os governos do PT também cumpriram o papel de instrumento do capital que opera no Brasil (viabilizaram alta acumulação, utilizaram de políticas públicas para segurar consequências da miséria sem que resolvessem problemas graves, rebaixaram salários, etc.) e, como compreendíamos, não apresentaram nenhuma alternativa para a classe, sequer anticapitalista e insistiram no discurso da cidadania, do governo para todos e da conciliação de classes.

No entanto, o governo Dilma se deparou ainda mais com o peso da crise e as medidas adotadas afetaram diretamente o cotidiano da classe trabalhadora. E com a tarefa importante de controlar também os movimentos de contestação, especialmente no segundo período de governo, sequer contou com o apoio popular necessário para impedir o impeachment.

Certamente, os números acima dizem muito sobre os porquês de a população não

dar respaldo a esse governo: desemprego, juros altos, endividamento, precarização do trabalho, corte de verbas dos serviços públicos, etc. E dizem muito também dos porquês de a burguesia não precisar de um golpe pois contava com a impopularidade, com os dados da crise, com o uso midiático da lentidão na articulação para aprovação ou não das reformas, etc., bastando se utilizar de um recurso importante da democracia burguesa, conhecido bem do PT, como o impeachment.

Nos jornais do Espaço Socialista têm várias análises de conjuntura que incluem esses governos, mas podemos reafirmar que foram na essência burgueses e na aparência de populares. Durante esse período conseguiram contar com o apoio de uma parcela da burguesia, de uma parcela da população, mas, especialmente, conseguiram manter o controle sobre as centrais e parcela importante das entidades sindicais, o que tem sido fundamental na contenção das lutas.

Portanto, não é um governo que foi completamente descartado pela burguesia e embora sofra vários ataques das forças mais reacionárias caminha, inclusive, com o desgaste do governo Temer para um fortalecimento do nome de Lula para as eleições de 2018, mesmo com as condenações da Lava Jato.

SOBRE A CONCEPÇÃO DE GOLPE E O “FORA TEMER”

O processo de impeachment de Dilma ainda precisa de muito estudo e acompanhamento para uma melhor caracterização, mas frente às análises possíveis dentro desse período é importante destacar que, mesmo com mobilizações contra e a favor e as disputas entre interesses de frações do capital, o resultado foi

uma saída não plenamente acordada, no entanto, com acordos importantes para não se impor uma ruptura radical no processo de ataques aos direitos que já estava em andamento de modo moroso. Desse modo, dizer que o processo de impeachment foi um golpe, descaracteriza e encobre todo o processo de negociações que a burguesia fez entre suas frações para restabelecer e agilizar suas medidas prioritárias com total controle do sistema político.

Alguns setores dizem que foi um golpe parlamentar. De fato, o processo de julgamento foi realizado com claras intenções e manobras políticas. No entanto, isso não foi uma exceção na democracia burguesa, ao contrário, nas disputas interburguesa lança-se mão de todo tipo de manobra. O próprio PT já usou e abusou de manobras desse tipo para aprovar leis no parlamento contra os direitos dos trabalhadores. Contudo, não se trata de fazer coro com o setor reacionário que atacou Dilma, Lula e o PT, mas é necessário fazermos um diálogo sincero para superarmos essa falsa dicotomia PT *versus* direita reacionária, pois apesar das disputas ambos os setores se mostram aliados para atacar a classe trabalhadora quando a burguesia necessita avançar sobre os níveis de exploração. (Exemplo: Primeira Reforma da Previdência).

A partir do impeachment a palavra de ordem que mais se popularizou foi o “Fora Temer” e não fomos contrários à consigna para defender Temer, buscamos apresentar os limites que trouxe ao movimento em luta.

Desde que essa consigna foi impulsionada pelo setor petista e assumida pela maioria da esquerda teve vários significados: O objetivo inicial foi explicitamente o de dizer “Volta Dilma”, em que setores petistas buscavam reverter o impeachment. Depois ocorreram algumas mobilizações pela saída de Temer, mas não cresceram à esquerda pois, se restringiam à essa pauta não coalizando com as pautas econômicas da classe trabalhadora (como a defesa de direitos e contra os

cortes verbas nos serviços públicos).

Além disso, esse limite em pontuar uma posição política (como o Fora Temer) sem atrelá-la às necessidades das lutas da classe a torna suscetível, inclusive, foi o que ocorreu em certo momento em que até setores de direita a defenderam pois, avaliavam que Temer não daria conta das contrarreformas.

Outro aspecto importante é que ao personificar a crise do capital em uma pessoa (no caso o Temer) deixasse de lado a reflexão necessária sobre a crise do capital e a relação entre os ataques às condições de vida da classe trabalhadora e a necessidade de toda a burguesia buscar formas de manter ou retomar suas taxas de lucro.

Alguns setores de esquerda ainda atrelaram a saída de Temer (ou de todos) à possibilidade de eleições gerais ou de uma constituinte num momento em que os maiores ataques aos direitos da classe trabalhadora já estavam em andamento. Compreendemos que a busca por uma saída institucional na democracia burguesa em um momento em que as lutas estavam crescendo, mas, ainda sendo freadas pela burocracia significaria um retrocesso ainda maior e um fortalecimento da direita no Congresso com eleição de um número maior de políticos conservadores e reacionários.

Entendemos que não cabe à esquerda formular propostas que desviem o foco das lutas e contribua para a burguesia superar a sua crise, nossa tarefa era justamente aprofundar essa crise com o chamado direto aos trabalhadores em assumir as lutas e a mobilização para derrotar as reformas que já estavam em andamento e com isso impor a greve geral para derrotar a patronal, o governo, o Congresso e o Judiciário.

Claro que se faz necessário mediações para construção das lutas e mobilização da classe trabalhadora, mas entendemos que isso só se faz a partir de sua pauta concreta como a da retirada de direitos (Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista, cortes dos serviços públicos, etc.),

que já estava em andamento e a maioria das direções do movimento procurou esconder ou desviar a profundidade do ataque. Portanto, entendemos que somente com a classe trabalhadora em luta é possível destruir o caminho das reformas e construir uma alternativa política que vá no sentido de impedir o avanço da intensificação da exploração que o capital necessita nesse momento.

A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E O AVANÇO DAS IDEIAS DE DIREITA

Entendemos que a crise estrutural conta com um aliado importante que é o fato de a classe trabalhadora padecer de uma consciência de classe no momento em que as ideias de cidadão/cidadã/cidadania, fortemente ligadas ao neoliberalismo, são bastante reforçadas. Isso colaborou com as ideias de conciliação entre trabalhadores e patrões, de “governo para todos” e da necessidade de convívio pacífico entre ricos e pobres.

No entanto, sabemos que a intensificação exploração do trabalho, os altos níveis de empobrecimento (mesmo com o discurso da distribuição de renda), de concentração de riqueza, etc. possibilitam o questionamento da realidade injusta e massacrante e também o aumento de lutas e mobilizações.

Nesses últimos anos observamos pelo mundo, especialmente na Europa, fortes mobilizações e muitas também temos vivido no Brasil. Contudo, desde o início da década de 2000, em que tinham como foco a antiglobalização (movimentos por justiça e política econômica e social que reduzissem as discrepâncias entre os povos, intensificadas pelas transnacionais. Seattle e fóruns sociais são expressão desse momento.) pouco se avançou para as ideias do anticapitalismo

e que envolvem a luta por democracia em alguns países, contra a corrupção do sistema financeiro, por desigualdade social e em outras lutas até contra o capitalismo (Primavera Árabe, Occupy e o surgimento do Black Bloc são expressão). Contudo, não temos avançado na mesma proporção nas ideias socialistas.

Essa ausência da consciência de classe e das ideias socialistas, em meio à crise estrutural, tem dificultando a organização da classe operária e da classe trabalhadora como um todo e facilitado a propagação das ideias de direita (nacionalismo, valores religiosos, xenofobia, etc.), priorização de interesses individuais, da propriedade privada, etc. dentre a classe trabalhadora. Mas, como havíamos afirmado na última Conferência, de fato não ocorreu nenhum movimento mais intenso que colocasse o fascismo como ameaça direta.

Também, essa ausência, tem facilitado o Estado “menos democrático” vivido hoje que viabiliza o aumento da exploração (aprovação leis, aumento da repressão, maior controle nos locais de trabalho, etc.) com o fortalecimento do poder Judiciário e das Forças Armadas diante do enfraquecimento do governo e do Parlamento. Isso, conseqüentemente, tem dado bases ao reformismo, com suas entidades e organizações reformistas, para insistir em lutas defensivas e distantes do campo revolucionário, que não resistem à altura quando os grandes ataques aos direitos passam a ser aplicados, como vimos com a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista.

Portanto, é fundamental compreendermos também a importância da Greve Geral nesse

contexto. Em julho de 2013, o governo petista enfrentou o primeiro chamada à Greve Geral em dez anos, confundido também como Dia Nacional de Lutas e Paralisações, que já demonstrava um certo esgotamento da política econômica. Foi o momento em que parte de categorias profissionais como Metalúrgicos, Mineiros, Metroviários, etc. atendeu ao chamado de centrais sindicais por melhoria no transporte, saúde, Educação, etc. E ocorreu após as Manifestações Junho contra os aumentos de passagem, que colocaram uma extensa pauta e, ao mesmo tempo, iniciaram o processo de tentar colocar para fora das manifestações parte importante da militância de esquerda.

De lá para cá as greves foram se tornando locais, em sua maioria nas categorias do funcionalismo público. Chegamos em 2016 nos debatendo, durante todo o ano, em meio a necessidade de construirmos uma Greve Geral de fato, que unificasse as lutas, atingisse a produção e também a circulação de mercadorias e freasse o avanço brutal sobre o corte de direitos, que favorece a burguesia no aumento da extração de mais-valia.

No entanto, somente em 2017, no 28 de abril, a Greve Geral contra as reformas atingiu seu ápice. Contudo, uma única forte greve não teve forças suficientes para reverter os ataques em curso e forçar a derrubado do governo Temer. A Marcha para Brasília também ajudou, mas não com a mesma força. E as chamadas seguintes para as mobilizações não contaram com a mesma força e até sofreram o boicote de setores do movimento sindical e de centrais sindicais com suas direções entreguistas, tentando negociar o Imposto Sindical em

meio a Reforma Trabalhista.

Portanto, temos que reconhecer que embora a burguesia continue mantendo o controle dos ataques e mesmo tendo ocorrido o boicote de direções pelegas, as poucas mobilizações que houveram (Greve Geral, Dias de Lutas, greves locais, manifestações) e que ameaçaram a produção e a circulação não permitiram que as forças reacionárias se fortaleceram com a rapidez e a intensidade que ameaçavam. Contudo, não podemos dormir tranquilos/as com a aprovação de leis que fortalecem esses setores, com invasões como as do Rio de Janeiro pelas Forças Armadas ([ver Nota **www.facebook.com/notes/espaco3a70-socialista/o-rio-de-janeiro-sob-dom%C3%ADnio-do-ex%C3%A9rcito-e-sob-controle-da-burguesia/1301955013264683/**](https://www.facebook.com/notes/espaco3a70-socialista/o-rio-de-janeiro-sob-dom%C3%ADnio-do-ex%C3%A9rcito-e-sob-controle-da-burguesia/1301955013264683/)), etc.

GOVERNO TEMER NA APROVAÇÃO DAS REFORMAS PARA MINIMIZAR A QUEDA DA TAXA DE LUCRO

O governo Temer foi a saída encontrada pela burguesia para buscar minimizar os impactos da queda da taxa de lucro nesse período de crise e avançar, o mais rapidamente, sobre os níveis de exploração da classe trabalhadora, ainda que com todos os problemas indicados pelo PMDB (na composição de chapa nas últimas eleições) e com o envolvimento na corrupção.

Além de intensificação do ritmo de trabalho (que obriga a trabalhar mais e produzir mais, aumentando a extração da mais-valia absoluta, com menos trabalhadores) iniciada já há algumas décadas – com a reestruturação produtiva aprovada pela maioria dos sindicatos pelegos – agora com

a Terceirização e com a Reforma Trabalhista (corte de direitos) avança-se também para aumentar a extração da mais-valia relativa (encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para baratear a mercadoria, prolonga a jornada, “negocia e legaliza” o aumento da exploração do trabalho, rebaixa os salários, desemprega, etc.).

No entanto, o desemprego e a precarização que forçam a redução do valor da força de trabalho, ao mesmo tempo, são também, contraditoriamente, problemas para os capitalistas, pois limitam o poder de compra da população.

Contudo, o trabalho informal, domiciliar e até análogo à escravidão que a burguesia e o governo buscam regulamentar nesse momento com as reformas (fim da CLT, mais trabalhadores doentes, maior tempo de trabalho, menor arrecadação para a Previdência, etc.) são determinantes para enquadrar uma parcela importante da classe trabalhadora, continuar avançando na intensificação da exploração e na garantia do lucro capitalista. Essa é a saída que a burguesia e o governo buscam nesse momento.

Portanto, é fundamental para parcelas da burguesia manter o governo Temer até 2018. E isso já vinha se desenhando, mesmo antes da decisão do TSE, pois não tinham um nome forte e consensuado que pudesse partir para as Eleições Indiretas e com garantia de articulação para aprovação imediata das reformas. Contudo, ainda tem uma parcela da burguesia que aposta na condenação de Temer e na firmeza de Rodrigo Maia para comandar a aprovação da Reforma Previdenciária ainda nesse próximo semestre.

A CONTINUIDADE DAS LUTAS, A APROVAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO E DA REFORMA TRABALHISTA

Em 2016 e 2017 as lutas contaram com uma maior participação da classe operária, embora ainda de forma bastante limitada (sem o questionamento direto da burocracia sindical e do sindicalismo isolado por categoria em local de trabalho) o que reflete, inevitavelmente, o sindicalismo de conciliação de classes e não o classista (com organização pela base e que busca unificar os trabalhadores enquanto classe), fruto da atual realidade. Com a aprovação da Terceirização e com a Reforma Trabalhista a tendência é de uma maior fragmentação (mais categorias e, possivelmente, menor organização por local de trabalho).

Até esse momento, a burocracia sindical (maioria ligada à CUT e aos governos do PT) aposta em negociações com o governo Temer como fizeram durante todo o governo Lula e Dilma. No entanto, são mais incisivos nas denúncias e exigências, mas não ultrapassam os limites dos acordos à revelia dos trabalhadores como fizeram na tentativa de negociar o Imposto Sindical em meio a aprovação da Reforma Trabalhista, que se refletiu no não chamado à Greve Geral de 30/06.

O desgaste que atingiu o governo Dilma e até de certa forma o PT, no último período, não atingiu ainda na mesma proporção a CUT, algo visível quando nos deparamos com a capacidade de mobilização ou não da classe operária nos momentos de luta e de maior necessidade de sua participação. No entanto, para se adequar às reformas (necessidade de seguir o “governar para todos” com vistas às eleições 2018) essa central

sindical teve que retroceder ainda mais para garantir que a burguesia e o governo avançassem na retirada de direitos. Pudemos ver alguns passos nesse sentido com a descaracterização da Greve Geral transformada em dias de paralisação e luta durante todo o ano de 2016, que possibilitou a aprovação da Lei da Terceirização.

Atuou de forma mais incisiva na defesa dos direitos e nas denúncias do governo já em 2017 (próximo da aprovação da Reforma Trabalhista) com o 28 de abril (categorias, estados, etc.), 24/05 em Brasília, mas já não repetindo o mesmo no 30 de junho com o chamado à Greve Geral, que teve logo em seguida a aprovação da Reforma Trabalhista. Ou seja, pudemos nas lutas, verificar o quanto essa central ainda tem controle sobre a mobilização ou não de parcelas importantes da classe.

Contudo, durante esse processo pudemos também reafirmar a gravidade da ausência da consciência de classe e da fragmentação da esquerda socialista nas lutas, que tem contribuído por anos com o enfraquecimento as lutas contra o capital, o governo e, consequentemente, contra a retirada de direitos e, ainda, para que centrais sindicais como CUT e Força Sindical continuassem no controle herdeiras da conciliação de classes.

E sentimos, na prática, as consequências de um certo retorno da militância petista às bases e às manifestações (causando confusão, inclusive entre a militância de esquerda) com discurso de esquerda e com avaliações sobre o avanço do fascismo, o golpe do impeachment, com ensaios sobre a volta de Dilma e Fora Temer, eleições diretas e agora investem

na construção da necessidade de retorno de Lula em 2018, mesmo este indicando nas mídias o compromisso com a validade do projeto burguês no refendo à aprovação das reformas.

Ao mesmo tempo, também pudemos reafirmar que CSP-Conlutas e Intersindicais (centrais sindicais que consideramos de esquerda, buscamos atuar conjuntamente e atuamos no seio da CSP) ainda estão aquém das necessidades de construção das lutas, que a atual realidade nos impõe. Também não superam os limites da luta estritamente sindical, mesmo quando o momento exige a unidade da classe trabalhadora de conjunto (empregada, desempregada, juventude, campo, movimentos sociais, por moradia, organizações, etc.). Ainda se restringem muitas vezes aos interesses de construção do PSTU e do PSol, aguardam iniciativas das outras centrais e, em muitos momentos, não privilegiam a unidade na luta entre os setores de esquerda.

Ainda assim, temos buscado a nossa intervenção nas lutas em unidade com esse campo da esquerda, PSTU e PSol, que mesmo com os problemas ainda não ultrapassaram a barreira de classe (entendendo o PSol, diferente do PSTU, como uma frente de esquerda não revolucionário com estrutura partidária formada por diversas correntes ou organizações cada qual com sua política) mesmo estando sofrendo reestruturações nesses últimos meses e, de certa forma, com uma certa reorganização ainda em andamento (entrada do MAIS, Frente Povo sem Medo, Vamos, etc.).

Portanto, é provável que nesse próximo período – marcado pela continuidade dos ataques aos

direitos da classe trabalhadora (tentativa de aprovação da Reforma da Previdência) e pelas consequências da Lei da Terceirização, da Reforma Trabalhista e da Reforma do Ensino Médio – as lutas continuarão e contarão com esses setores da esquerda em reestruturação misturados com os setores petistas (em pleno ritmo eleitoral, buscando desgastar Temer e, ao mesmo tempo, controlar as lutas e promover o PT e sua candidatura).

Sendo assim, é possível que cada vez mais nos deparemos também com situações como a ocorrida na FASUBRA, em que há divisões entre as correntes de esquerda e sejamos chamados a nos posicionar. Nesse sentido, é muito importante que tenhamos sempre como foco as necessidades das categorias (da classe de conjunto) e não os interesses de correntes em disputas por estruturas sindicais, o mesmo valendo para o movimento estudantil, sem deixar de considerar a possibilidade de que essas divisões fortaleçam correntes do PT/PCdoB e enfraqueçam a organização para a luta mais geral. Sem abriremos mão também dos laços de camaradagem e solidariedade entre a militância de esquerda.

Contudo, não avaliamos que haverá uma maior radicalização da Greve Geral no próximo período já que importantes setores das burocracias sindicais impulsionaram indiretamente o imediato giro das bandeiras da Greve Geral contra as reformas para o debate sobre eleições indiretas, diretas e eleições gerais (no momento em que o movimento estava se fortalecendo com a possibilidade de maior participação da classe operária e em que a possibilidade

de uma “crise institucional” se evidenciava) e posteriormente abriram o processo de negociação com o governo referente ao Imposto Sindical. Isso nos revelou o quanto ainda esses setores têm receio da luta direta e o quanto a classe trabalhadora organizada ainda se subordina ou não se sente convencida em romper com essas direções.

No entanto, as lutas continuarão com o agravamento da situação econômica e com as consequências da aplicação das leis do corte de verbas, da Terceirização e da Reforma Trabalhista. Mas, necessitamos buscar sua radicalização contra as tentativas de aprovação da Reforma da Previdência. Assim, devemos insistir, nesse próximo período, que sem uma intervenção dura da classe trabalhadora essa reforma será aprovada ainda esse ano.

É imprescindível que avance a consciência de classe da classe trabalhadora e a consciência socialista para que se coloquem na ordem do dia as necessidades da classe que produz e não as do capital (de produção destrutiva para manter a qualquer custo a acumulação e concentração de riqueza). E retomemos a ofensiva das lutas, para derrotarmos as

ideias conservadoras e de direita e avançarmos nas ideias socialistas e nas conquistas. Precisamos parar de acumular recuos e derrotas!

A NOSSA ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA

Como já caracterizávamos anteriormente não vivemos nesse último período uma situação reacionária ou revolucionária. Parte da classe trabalhadora busca ainda, nesse momento, manter direitos históricos. Portanto, continuaremos construindo as lutas e contribuindo para sua intensificação e radicalização (que cada trabalhador/a tome em suas mãos a luta imediata e a luta geral) nos nossos locais de trabalho, estudo, moradia, entidades e nas manifestações. Para isso manteremos as bandeiras anticapitalistas nas lutas que participamos, pois são necessárias e facilitam um maior diálogo na nossa militância cotidiana e avançaremos nas bandeiras do socialismo e da revolução.

O trabalho de base é fundamental para a nossa militância contribuir com o avanço da consciência de classe e com uma maior participação da classe trabalhadora de conjunto (operários, estudantes, funcionários públicos, etc.) nas

lutas e manifestações. Portanto, seguimos como oposição de esquerda aos governos da burguesia e a nossa participação nas lutas também tem como preocupação a unidade de ação com setores socialistas para avançarmos nesse sentido.

Além das lutas contra as reformas que seguirão no próximo período, fortaleceremos as lutas contra a degradação das condições de trabalho, de estudo e das condições de vida que se intensificarão com as perdas de direito, corte de verbas, aumento do desemprego e da precarização e da destruição das reservas naturais.

Precisamos também ver como retomar com força questões como as do não pagamento da dívida pública, contra as privatizações, contra a destruição ambiental e a entrega das riquezas naturais, contra o aumento da violência de Estado e policial (setor armamentista).

Precisamos ver as principais bandeiras para a juventude da classe trabalhadora, para as mulheres, LGBT que sofrerão mais intensamente as consequências desses retrocessos.